

HISTORIOGRAFIA LINGUÍSTICA E REFORMA DO ENSINO

A PROPÓSITO DE TRÊS CENTENÁRIOS:
MANUEL ÁLVARES, BENTO PEREIRA E MARQUÊS DE POMBAL

Brigantia, Bragança. Vol.II, nº4, p.347-356, (Out-Dez.1982)

Telmo Verdelho

Ocorreu em 1981, de maneira mais ou menos inapercebida, o terceiro centenário da morte de Bento Pereira, uma das figuras mais importantes da historiografia linguística portuguesa — gramático e sobretudo lexicógrafo de referência obrigatória, entre todos os estudantes portugueses, durante mais de um século. No próximo ano de 1983, ocorre, por sua vez, o quarto centenário da morte de Manuel Álvares, não menos famoso pela sua gramática latina, que logrou uma incrível divulgação como texto didáctico, em todo o mundo. Há exactamente dois séculos, morria também, Sebastião José de Carvalho e Melo (13-5-1699 - 8-5-1782) que, não tendo sido gramático, foi uma figura preponderante na história da língua portuguesa. Estes três notáveis vultos da história e da cultura nacional, por mais divergente e distanciado que tenha sido o seu percurso existencial, encontram-se e são evocados em dois documentos manuscritos feitos em Moncorvo, em pleno século XVIII, arquivados na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, e que vamos transcrever e comentar, nas páginas que se seguem. São textos essencialmente burocráticos, mas não deixam de ter um certo interesse pelas informações que fornecem para a história da educação em Portugal, e sobretudo para a história do ambiente cultural e do ensino em Moncorvo.

DOCUMENTOS DE MONCORVO

Os documentos de Moncorvo são datados de 22 e 23 de Outubro de 1765 e têm na base a reforma pombalina do ensino, que se seguiu à expulsão dos Jesuítas, depois de um dramático confronto travado entre 1755 e 1759. Nos referidos textos se dá notícia da proibição dos manuais escolares e entre eles especialmente a Arte (gramática) de Manuel Álvares e Prosódia (dicionário) de Bento Pereira.¹

Em 28 de Junho de 1759, por Alvará Régio, o todo poderoso ministro de D. José I reestruturou inteiramente o ensino das escolas menores e pôs fim (7-2-1759) ao controlo da educação em Portugal pelos Jesuítas, iniciado em Coimbra, no Colégio das Artes, em 1555, e depois alargado a todo o país, à Índia e especialmente ao Brasil, onde também a reforma de Pombal vai exercer uma influência decisiva. (2)² Pelos objectivos que a motivaram, pelas dimensões e pelo âmbito que pretendia atingir, a reforma do ensino contra os Jesuítas constituiu uma ousada tarefa com implicações sociais e de estado, tão graves que só uma forma

¹ Manuel Álvares nasceu na Madeira em 1526 e Bento Pereira em Borba, no Alentejo. Em 1605. Foram Jesuítas, professores na Universidade de Évora, onde ambos consumaram os seus dias, o primeiro em 1583 e o segundo em 1681.

² Em rigor, a actividade dos Jesuítas no ensino começa logo após a sua primeira instalação em Portugal, com o Colégio de Coimbra, em 1542, a que se seguem o de Évora (1551) e o de Lisboa (1553 — Santo Antão-o-Novo), mas a sua entrada no ensino em Portugal acentua-se com a substituição do grupo dos bordaleses no Colégio das Artes, em 1555. Entre os professores que deixaram de leccionar no Colégio das Artes, acusados de heterodoxia e perseguidos pela Inquisição, portadores efectivamente de uma certa insubmissão cultural adquirida em universidades europeias, destaca-se o nome de Diogo de Teive que, após a efémera e atribulada passagem pelo Colégio das Artes, foi nomeado Prior de Castro Vicente e depois de Vila Chã da Braciosa do bispado de Miranda. É possível que este ilustre escritor da língua latina, laureado por universidades francesas, tenha ocupado efectivamente, durante algum tempo os seus priorados trasmontanos (v. Américo da Costa Ramalho, *Estudos sobre o século XVI*, Paris, 1980, p.251 e segs.). Seria interessante, recuperar o rasto da passagem deste e de outros vultos notáveis do passado e conhecer a sua eventual influência no horizonte cultural da região.

despótica de governo, que também se dizia "esclarecido", a poderia realizar. Os dois textos-documentos que a seguir publicamos, são um exemplo da inevitável violência e da fereza de procedimentos que apoiaram essa radical "reforma", do Marquês. Uma das suas primeiras providências, para implementar o novo sistema de instrução, consistiu em criar uma espécie de ministro do ensino ou da educação, que então se chamou Director Geral dos Estudos. Foi provido neste lugar, logo em 6 de Julho de 1759, o Principal D. Tomaz de Almeida, que havia de ser um diligente executor dos planos e das ordens do Marquês, para a remodelação de todo o panorama do ensino básico em Portugal.³ Foi o Principal de Almeida o promotor da remoção e nomeação de professores, da planificação dos estudos e da elaboração e fiscalização do material didáctico. Os dois documentos que a seguir transcrevemos respondem justamente a uma carta do Principal de Almeida, enviada para Moncorvo, em que se dava ordem ao Juiz de Fora desta vila para fiscalizar e proibir nos livreiros e nos mestres, a venda e a utilização da Prosódia de Bento Pereira e da Arte de Gramática de Manuel Álvares. O Juiz de fora responde ao Director Geral dos Estudos dando notícia de ter cumprido as suas ordens — fiscalizou e mandou queimar os livros encontrados e fez acompanhar a sua resposta de um termo de responsabilidade do professor, que se compromete a não usar mais desses livros e de todos os cartapácios proibidos. A resposta do Juiz e o termo de responsabilidade são os textos que vamos transcrever:⁴

³ Na enciclopédia *Verbo* confundem-se, no nome de D. Tomás de Almeida duas figuras que tinham realmente o mesmo nome: o mais velho (1670-1754) foi o primeiro Patriarca da Igreja de Lisboa — D. João V obteve a dignidade de patriarcado para a arquidiocese em 1716, o arcebispo foi nomeado cardeal em 1737 —, o mais novo era sobrinho do Cardeal, foi nomeado Director Geral dos Estudos, em 6 de Julho de 1759 por três anos, (carta régia de nomeação expedida em 9 de Julho de 1759). A Direcção Geral dos Estudos passou a ser exercida colegialmente pela Real Mesa Censória, a partir da instituição desta, em 5 de Abril de 1768 e após mais um triénio, Tomás de Almeida foi exonerado das suas funções na Direcção Geral dos Estudos, por Aviso de 1 de Julho de 1771, regressando às suas actividades na Igreja Patriarcal de Lisboa.

⁴ Trata-se dos manuscritos n.º 72 do códice 2529 e n.º XXXI—16 do códice 2535 que vêm indicados no *Catálogo de Manuscritos* da Biblioteca Geral da Universidade (códices 2529 a 2625), Coimbra, 1946, p. 13 e 166-167. Tivemos notícia destes manuscritos no trabalho de Justino Mendes de Almeida, *Lexicógrafos portugueses da lingua latina — 3. A "Prosódia" de Bento Pereira*; in *Revista de Guimarães*, vol. LVII, 1/2-Jan/Junho, 1967, p. 6-7. A leitura das primeiras linhas do manuscrito apresentada no *Catálogo* para servir de referência para o primeiro documento (códice 2529), precisa de ser corrigida. Diz-se: "Termo que fas o Mestre de latim Manuel Gonçalves, de não uzar mais da prosodia de bento Pereyra. *As teses* Padre Manuel Alvares e de todos os mais prohibidos..."; onde se transcreve *As teses* deve ler-se *Arte* do como se trancreve na nossa leitura, é assim que se encontra no manuscrito e assim o exige a coerência do texto. Procurámos transcrever os textos respeitando fielmente os manuscritos, apenas desdobrámos as abreviaturas, mantendo no entanto as formas de tratamento. Os textos ganharam assim legibilidade e, não obstante uma certa irregularidade ortográfica, ficam facilmente decifráveis. A variação ortográfica poderia constituir motivo de reflexão, se a considerássemos sob o ponto de vista da sociologia da linguagem. Este aspecto tornar-se-ia ainda mais evidente se alargássemos a observação à forma material do manuscrito, à imagem visual da expressão gráfica. A forma material da escrita constitui, por si própria, um elemento significativo, uma fonte de informações que transcende muito o significado estritamente linguístico das palavras escritas. Os manuscritos portugueses do século XVIII repercutem sobremaneira as formas de governo, a estruturação e inserção social e até o horizonte cultural de quem escreve. O século XVIII é um século de bons calígrafos em Portugal, neles transparece a estética barroca, a escrita como acto de distinção e de exercício de um poder. Não está ausente dessa escrita, a acção política centralizadora do Marquês que planifica, normaliza e instrumentaliza a escrita ao serviço do mercantilismo e da pragmática do estado. "Sebastião José de Carvalho dava particular importância à caligrafia. Nas suas *Observações Secretissimas* aponta a forma da letra manuscrita como um dos factos pelos quais se pode apreciar o grau de civilização e prosperidade de um povo". (Adolfo Coelho, *Para a historia da instrução popular*, reed., Lisboa, 1973, p. 158).

Nesta ordem de ideias, os dois manuscritos de Moncorvo podem ser explorados como uma fonte indirecta de informações. Dão-nos testemunho de três personalidades, sem dúvida interessantes, que viveram em Moncorvo em 1765 e que nos deixaram este gesto da sua escrita, prolongamento e imagem viva do seu corpo, tal como se nos tivessem deixado um discurso gravado com os ingredientes da própria voz. O Juiz de Fora, José Pereira da Silva Manoel, é, de entre os três, a personalidade mais interessante. Tem uma letra bem desenhada, harmoniosa, cheia de equilíbrio e de soluções inteligentes, nota-se nela uma leve marca de superioridade e de vaidosa presunção, mas, acima de tudo, parece transparecer no autógrafo do Juiz de Fora uma personalidade rica, marcada por um sentido moral do poder. Pelo contrário, o tabelião escreve uma letra de burocrata rude e agressivo. Luís António de Oliveira Pimentel, Tabelião em Moncorvo em 1765, manifesta na sua própria escrita o êxito e a vantagem social dos funcionários da administração no tempo do Marquês. O tabelião participa de uma perspectiva optimista e autoritária do poder. Do professor Manoel Gonçalves Branco apenas temos uma assinatura obtida em situação de desvantagem, nela se reflecte um certo desânimo, talvez mesmo o medo perante a violência do poder que o leva a domesticar os seus actos e a sua própria escrita.

Carta do Juiz de Fora de Moncorvo — José Pereira da Silva Manoel — para o Director Geral dos estudos — Principal Tomaz de Almeida—22-X-1765.

Exm.º Rm.º Senhor

O correio passado recebi hũa carta de officio de VExa. com a data de dous de outubro, na qual me ordenava de se /fazer/ busca aos livreiros, e contratadores de livros que houvessem nesta villa, e seu termo, e achando Prosodias de Bento Pereira, e Artes de Manoel Alvarez e outros expressados na mesma ordem os fizesse queimar a porta dos mesmos livreiros, e contratadores; e da mesma forma o executasse nos Mestres de Grammatica, fazendo juntamente apreensão nos livros classicos de Virgilios, Horacios, e Ouvidios, que se achassem nas mãos dos estudantes para se lhes restituir quando mostrassem terem comprado as seletas de Chompré.

Da certidam junta se mostra não haver nesta villa e seu termo livreiro, ou contratador algü de livros; e que os Mestres o Pe. Paulo de Gouvea não tem aula por falta de discipulos, Manuel Goncalvez se lhe acharam hũa Prosodia de Bento Pereira, e hũa arte de Manoel Alvarez que a tinha fechada por não uzar della, e a entregou, que tudo foi queimado a sua porta com outros cartapacios dos discipulos pelo porteiro deste Juizo, assignando termo de não ensinar, nem uzar de semelhantes livros, que remetto na // na forma que VExa. me ordena; como tambem fis apreensão em vinte e sinco livros de Virgilios, Horacios, e Ouvidios aos estudantes noticiandolhes que comprassem as Selectas de Chompré para se lhes entregarem os reprezados, das quais selectas uza o referido mestre.

Deus guarde a Exma, pessoa de VExa.

Moncorvo 22 de 8bro de 1765.

O Juiz de Fora de Moncorvo
José Pereira da Silva Manoel

Termo de Responsabilidade do Mestre de Latim — Manuel Gonçalves Branco.

Termo que faz o Mestre de latim Manuel Gonzalves de não uzar mais da Prozodia de Bento Pereyra, Arte do Padre Manuel Alvares e de todos os mais prohibidos por sua Magestade Fidelissima.

Aos vinte e tres dias do mes de outubro de mil setecentos e sessenta e sinco annos nesta villa de Torre de Moncorvo e cazas de morada do Doutor Joze Pereyra da Sylva Manuel Juiz de fora com alçada nesta villa e seu termo por sua Magestade Fidelissima que Deus guarde Mandado.

Ali, perante elle Doutor Juiz de fora appareço Manuel Gonçalves Mestre de Gramatica desta villa o qual disse se obrigava a não uzar mais nem ensinar pellos livros prohibidos por sua Magestade Fidelissima: prozadia de Bento Pereyra arte do Padre Manuel Alves e de todos os mais prohibidos, e somente uzar no seu estudo das celetas primeira segunda e terceyra mandadas uzar nas classes Chompree e de todos os mais que sua Magestade Fidelissima manda se uzem na forma das ordem de que para constar mandou ele Doutor Juiz de fora fazer este termo que assignou com o dito Mestre Eu Luiz Antonio // Antonio de Oliveyra Pimentel Tabelião que o escrevi.

José Pereira da Silva Manoel
Manoel Gonçalves Branco⁵

Estes textos reproduzem um pouco de vida vivida há cerca de duzentos e vinte anos. Para alem da sua crueza, para além da sua imagem, na aparência friamente jurídica, transmitem uma eloquente mensagem histórica que poderia oferecer largas perspectivas para uma meditação. Tomaremos apenas três aspectos, numa breve leitura esclarecedora e exploratória destes dois documentos. Primeiramente faremos uma referência aos dois manuais escolares dos jesuítas, aqui proibidos; evocaremos em seguida a reforma

⁵ Assinalamos a mudança de página nos dois textos com o sinal // e acrescentámos a palavra /fazer/ no primeiro.

pombalina do ensino; e finalmente concluiremos com uma breve reflexão sobre o horizonte cultural da região nordestina.

A GRAMÁTICA LATINA DE MANUEL ÁLVARES

A Gramática do Pe. Manuel Álvares e a Prosódia de Bento Pereira são duas obras básicas na historiografia linguística portuguesa. Convém ter uma ideia da sua importância, da sua enoune divulgação e do que significaram estes livros no espaço educacional português, para entender a força desta proibição.

A gramática da língua latina de Manuel Álvares (*Emmanuelis Alvari à Societate Iesv de Institvione Grammatica libri tres.*), foi publicada pela primeira vez em 1572, (no mesmo ano de "Os Lusíadas"), e em breve se transformou em texto oficial para o ensino do latim em numerosíssimas escolas dos Jesuítas, espalhadas pelo mundo.⁶ Segundo o Pe. Springhetti contam-se ("stupete gentes!") quinhentas e trinta edições deste manual. Em Portugal fizeram-se apenas 25, sendo 3 no século XVI, 13 no século XVII e 9 no século XVIII; mas na Itália enumeram-se uma centena de edições, das quais 21 ainda no século XIX; na Checoslováquia 71 e igual número na Polónia; 23 na Hungria, 20 na Lituânia e, além de muitos outros países, 22 pelo menos, foi ainda editada na China, no Japão e na Rússia. Entre os milhares ou provavelmente milhões de jovens escolares que estudaram latim pela gramática do Padre português, para além de muitos outros nomes que, sem dúvida, fizeram história, poderemos acrescentar que "por ela aprendeu James Joyce (1882-1941) o seu latim de colegial irlandês".⁷

A obra de Manuel Álvares tornou-se um lugar de referência obrigatória na escolarização do latim e converteu-se, simultaneamente num símbolo do ensino dos Jesuítas. Durante quase dois séculos, no meio escolar, falar em *Arte* era entender a *Gramática* de Manuel Álvares, que era aceite de maneira incontestada como verdadeiro "livro único". Lembremos o testemunho de Madureira Feijó iteradamente expandido nas páginas da sua *Arte Explicada*: "A experiência de Mestre, e não a paixão de Autor, me ensinou de que necessitava a *Arte* para os estudantes a entenderem: não necessitava de Gramáticas novas, porque já te disse na primeira e segunda parte, que as não há; não necessitava de melhor método, que nisso foi único o P. Manuel Álvares; não necessitava de outras regras ou mais breves, ou mais extensas, porque na *Arte* estão todas as que bastão e são necessárias...".⁸

Além dos quatro tomos da *Arte Explicada* de Madureira Feijó (como o título indica, a *Arte Explicada* é uma obra que serve de glosa à *Gramática* de Álvares, que a traduz e a explica e exemplifica), na órbita desta *Gramática*, foram produzidos numerosos textos didáticos que exploram o texto de Manuel Álvares, e que dão a sua tradução textual ou abreviada ou alargada.⁹ Um dos títulos que mais persistentemente acompanhou a obra do Jesuíta foi publicado por Bartolomou Rodrigues Chorro, natural da

⁶ *Arte* constitui uma designação metonímica dos manuais de estudo das *artes liberales*, especialmente da gramática e da retórica. *Arte*, do latim ARTEM, corresponde à forma grega ΤΕΧΝΗ que aparece no título da primeira de todas as gramáticas ocidentais a *Téchnê Gramatikê* de Dionísio Trácio da escola de Alexandria, no séc. II a.C. . Nos gramáticos latinos continua-se esta designação de *arte*, entre outros, em Carísio, Diomedes e sobretudo em Donato. Por sua vez, a designação INSTITUTIONEM, vulgarizada igualmente nos manuais de retórica a partir da obra de Quintiliano (*De Institutione Oratoria*), serviu no título da obra gramatical de Prisciano *Institutionum gramaticarum libri*. Donato e Prisciano são os nomes de referência básica, na tradição gramatical europeia e na sequência desta tradição, tanto a forma *Ars* como a forma *Institutio* aparecem alternadamente no título da maior parte das gramáticas latinas europeias.

Sobre a história da *Gramática* de Álvares como texto didático e especialmente sobre o seu sucesso editorial, veja-se Emilio Springhetti, S.J., "Storia e fortuna della Grammatica di Emmanuele Alvares, S. J.", *Humanitas*, XIII-XIV, Coimbra, 1961-1962, p. 283-303. Em 1974 publicou-se um fac-símile da edição princeps, por deliberação da Junta Geral do Distrito Autónomo do Funchal, com uma introdução de J. Pereira da Costa. A reprodução do texto poderia ter sido feita em condições de melhor legibilidade, em todo o caso, o número de edições referido pelo P. Springhetti deverá ser aumentado para 531 e em Portugal para 26.

⁷ Cf. Américo da Costa Ramalho, *Estudos sobre o século XVI*, Paris, 1980, p. 355.

⁸ João de Morais Madureira Feijó, *Arte Explicada. Terceira parte, e quarto tomo. Syntaxe figurada, Syllaba e Versos*. Lisboa, Of. de Miguel Rodrigues, MDCCXXXII, p. 9 e 10 inúmeradas.

Madureira Feijó (1688-1741), trasmontano, de S. Gens de Parada, é um nome imprescindível na historiografia linguística portuguesa, não só pela sua *Arte Explicada* (também proibida pelo Marquês), mas sobretudo pela *Ortografia* (1734) que foi várias vezes republicada e que exerceu uma grande influência na tradição ortográfica da língua portuguesa.

⁹ *De Institutione Grammatica* é uma obra integralmente feita em latim. Isso poderá explicar em parte a facilidade com que se internacionalizou. Por outro lado, este aspecto será evidenciado como um dos pontos críticos e uma das razões para a sua proibição, o ser em latim tornou-se um obstáculo para a sua utilização didáctica.

vila de Mação — *Curiosas advertências da boa Grammatica no Compendio, e Exposição do P. Manoel Alvares em Lingua Portuguesa, Offerecidas ao Menino Jesu.*— que teve pelo menos 14 edições, segundo o *Dicionário Bibliográfico* de Inocêncio F. da Silva, a primeira em 1619 e a última em 1748, e que naturalmente foi abrangido pela proscrição pombalina. Outros nomes se associaram à obra de Manuel Álvares, entre eles: António Velez, que aumentou e ilustrou o texto original; João Nunes Freire, que publicou várias *Anotações*; José Soares; e António Franco, que acrescentou um *Prontuário de sintaxe*; e além destes, foram ainda publicados pelos Padres da Companhia um conjunto de *Cartapácios* — designação geralmente usada para os vários manuais expressamente publicados para analisar e explicar cada uma das partes da gramática. Um desses manuais foi feito no Brasil: "*Cartapácio de Sílabas e Figuras conforme a ordem dos mais cartapácios de Gramática, ordenado para melhor cómodo dos Estudantes desta faculdade nos Pátios da Companhia de Jesu*, obra devida a um certo Matias Rodrigues Postela, "estudante dos mesmos Pátios na cidade de Paraíba do Norte no Brasil", mas impressa em Lisboa, em 1738".¹⁰

Esta quantiosa bibliografia, que envolvia de modo parasitário, a obra de Manuel Álvares, suscitou uma importante crítica da parte de Luís António Verney, em que se denunciava a incongruência pedagógica de uma gramática que, querendo ensinar a língua latina, exigia mais explicações para a própria gramática do que para aprender a mesma língua latina. A obra de Álvares tornou-se objecto de tantas traduções e explicações que, seguindo o dito popular, podemos dizer que avultava mais o molho que o polho.

A crítica de Verney veio polarizar uma série de referências críticas anteriores, que tinham sido sistematicamente contestadas pela escola "alvarística" ou "sistema Alvarístico" até então preponderante.¹¹ Dizia Verney: "Quando entrei neste Reino e vi a quantidade de Cartapácios e Artes que eram necessárias para estudar somente a Gramática, fiquei pasmado. (...) Sei, que em outras partes onde se explica a Gramática de Manuel Álvares, também lhe acrescentam algum livrinho; mas tantos como em Portugal, nunca vi. As declinações dos *Nomes e Verbos* estudam pela Gramática Latina; a esta se segue um cartapácio português de *Rudimentos*; depois outro, para *Géneros e Pretéritos*, muito bem comprido; a este um de *Sintaxe*, bem grande; depois um livro, a que chamam *Chorro*; e outro, a que chamam *Prontuário*, pelo qual se aprendem os escólios de nomes e Verbos; e não sei que mais livro há. E parece-lhe a V. P. pouca matéria de admiração, quando tudo aquilo se pode compreender em um livrinho em 12.º e não mui grande? Depois disso, ouvi dizer que ocupavam seis e sete anos estudando Gramática, e que a maior parte destes discípulos, depois de todo esse tempo, não era capaz de explicar por si só as mais fáceis cartas de Cícero".¹²

A crítica de Verney alargada a outros aspectos mais directamente respeitantes à teoria gramatical, excitou uma intensa polémica entre ele próprio e os opositores e defensores da sua posição. Esta polémica está insuficientemente estudada e é inseguro fazer uma observação sobre o seu alcance e sobre as suas consequências para o ensino do latim e para a história da reflexão linguística em Portugal, mas é fora de dúvida que daqui resultou uma fundamentação e movimentação teórica que se repercutiria na reforma pombalina e que facilitaria a renovação do ensino do latim. Vicente Gomes de Moura, depois de citar alguns autores e obras que se antagonizaram nesta disputa, dá-nos uma síntese conclusiva muito interessante:

¹⁰ António Salgado Junior, *Luís António Verney — Verdadeiro Método de Estudar*, vol. I, Lisboa, 1949, p. 137, n.º 5.

¹¹ A expressão é de J. Vicente Gomes de Moura, *Notícia succinta dos monumentos da lingua latina, e dos subsidios necessarios para o estudo da mesma*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1823, p. 351.

Entre os incondicionais do "sistema alvarístico" salienta-se o nome já referido de Madureira Feijó que, no final da segunda parte da *Arte Explicada*, apresenta uma "Resposta Apologética — a umas notas ou censuras que saíram contra a Arte do Reverendo Padre Manuel Álvares". Considera "crime palmar" que alguém se atreva a "desluzir a Arte do R. P. Manoel Alvares" que "foi aquella primeira luz da Grammatica, que amanheceo em Portugal; e com os rayos da sua doutrina desterrou as trevas da ignorancia, em que vivião naquelle seculo os Portuguezes... a obra de Manuel Álvares foi a Arte que a todas as naçoens da Europa deo methodo para aprenderem com suavidade, e em pouco tempo! Arte que em todas as Universidades estrangeiras foi recebida com tanta estimação, que as suas regras se alegam como textos da Grammatica! Arte que ha cento cincoenta e tres annos corre *inoffenso pede*, revestida por tantos mestres e aprovada por tantos sabios, que nunca acharão nella senão materia para elogios e motivo para applausos! Arte finalmente, que para ser *omnibus numeris absoluta, ad unguem constructa, admussim exposita*, bastava ser obra daquelles dous heroes Lusitanos, que no brilhante Ceo da Companhia de JESUS luzirão sempre, como astros da mayor grandeza, *Alvarez*, e *Vellez*". *Arte Explicada, segunda parte, Syntaxe*, segunda impressão, Coimbra, 1739, p. 415.

¹² A. Salgado Júnior, *Op. cit.* p. 135-138.

"Estas controvérsias entre os Oratorianos e os Alvaristas, como versavam sobre matérias de Gramática Latina, levaram ambos os partidos ao exame mais sério dos monumentos da Língua, para provarem suas asserções; e puseram os leitores em circunstancias de julgar da bondade, ou imperfeição dos dois métodos e das doutrinas de ambas as escolas. Já no § 369 indicámos os defeitos do sistema Alvarístico; porém, seus antagonistas não tinham razão em menoscabarem uma Arte que orna a Literatura Portuguesa, mereceu a maior estima dos Estrangeiros, e em que se acha um sistema prático de Gramática Latina, o mais acomodado para uso da mocidade; e bem assim em fazer cargo a seu A. de defeitos, que a falta de monumentos ou de boas edições naquele século tornava inevitáveis".¹³

Alargámo-nos um pouco não só para se entenderem as referências aos "cartapácios" contidas nos documentos de Moncorvo, que acima transcrevemos, mas também para se poder avaliar a dimensão e o significado da obra de Manuel Álvares no espaço educacional e cultural português, e as circunstâncias em que ocorreu a sua proscricção.

Entretanto acentuou-se a contestação do ensino dos Jesuítas por parte de outras ordens religiosas e do próprio clero secular, sobretudo por motivos institucionais. No plano didáctico, os pontos mais salientes da discórdia prendiam-se sobretudo: com a noção de vernaculidade na língua latina; com a valorização da leitura do texto literário, em vez da memorização e da prática da disputa oral; e finalmente, com a utilização da língua materna como base para o ensino do latim.

A administração pombalina encontrou carris lançados para movimentar a sua "reformação".

Juntamente com a *Arte* de Manuel Álvares, foram proibidos todos os "Cartapácios", "Prontuários", "Curiosas advertências", "anotações" e "Explicaciones" que integravam o monumento e a tradição alvarística. Não precisou o Marquês de Pombal de grandes motivações didácticas ou científicas. A proibição foi essencialmente política, foi um acto de exorcismo contra os Jesuítas e contra um dos símbolos mais importantes da sua presença no horizonte cultural português. Isto não quer dizer que o enquadramento político e ideológico da reforma pombalina fosse desprevenido de preocupações didácticas e linguísticas. Bem pelo contrário, como havemos de ver.

A PROSÓDIA DE BENTO PEREIRA

A proibição e destruição, pelo fogo, das *Prosódias* de Bento Pereira são cerimónias complementares deste mesmo acto de exorcismo. A *Prosódia* teve menos edições e menos tempo de vigência do que a *Arte* de Manuel Álvares, mas nem por isso foi menos importante para a conformação de um ambiente cultural e para a história da língua portuguesa.

A *Prosódia* de Bento Pereira foi um livro famosíssimo nas instâncias escolares portuguesas até 1759 e, não obstante a ordem de destruição de que nos dá conta o documento do Juiz de Fora de Moncorvo, ainda hoje se encontram frequentemente exemplares desse volumoso dicionário, nos alfarrabistas.¹⁴

O que se designa por "Prosódia", nos dois manuscritos que transcrevemos, é um conjunto de dicionários que apoiavam toda a escolarização do latim e da língua portuguesa. Trata-se de um extenso dicionário latim-português; de um dicionário português-latim; de um florilégio composto por frases portuguesas e a sua correspondente versão latina; por um adagiário português igualmente com a respectiva tradução latina; e por uma antologia de lugares selectos de autores latinos. O primeiro e segundo dicionários

¹³ J. V. Gomes de Moura, *Op. cit.*, p. 356. Uma síntese da disputa gramatical, pedagógica e ideológica, gerada à volta da gramática de Manuel Álvares, pode ler-se em *As Grandes Polémicas Portuguesas*, editorial Verbo, Lisboa, 1964; (António Freire, S. J — *A "Gramática Latina" do Padre Manuel Álvares e seus impugnadores*, p. 333-389).

¹⁴ Para uma breve história desta obra e do seu percurso editorial, ver — Justino Mendes de Almeida, "Lexicógrafos portugueses da língua latina — 3. A prosódia de Bento Pereira", in *Revista de Guimarães*, vol. LXXVII, 1/2, Jan/Junho, 1967.

foram particularmente importantes e ainda hoje constituem um instrumento de trabalho indispensável para os estudiosos da língua portuguesa, nos seus aspectos diacrónicos.

A *Prosódia* proibida pelo Marquês de Pombal tinha o seguinte título: *Prosodia in vocabularium bilingue, latinum et lusitanum, digesta, in qua dictionum significatio, et syllabarum quantitas expenditur*. Este título é acompanhado de longas explicitações, muito ao gosto da prática bibliográfica e tipográfica daqueles tempos. Vale a pena transcrever: *Opus omnino necessarium professoribus sacrarum, et humaniorum literarum, medicis, juristis, et omnibus cujuscumque facultatibus studiosis, tum propter innumeras dictiones, quas à sacris et profanis auctoribus decerptas exponit; tum propter recondita carmina omnium veterum poetarum, et recentiorum clari nominis, quos omnes auctor ad expendendas syllabas perlegit. Auctore Doctore P. Benedicto Pereyra Societ. Jesu. Portugallensi, Borbano, in Eborensi Academiâ Primario olim Rhetorices Professore, et tandem in eâdem Academia S. Theologiae Professore Primario.*¹⁵

Nas primeiras edições, este dicionário era trilingue: *Prosodia in Vocabularium Trilingue, Latinum, Lusitanicum et Hispanicum digesta*. Manteve-se trilingue até à edição de 1683 (7.a?), na edição seguinte, de 1697, a *Prosódia* foi substancialmente alterada e melhorada pelo P. Matias de S. Germano, passou a ser bilingue e substituiu definitivamente o antigo dicionário latino-português e português-latino de Jerónimo Cardoso, que vinha já do século XVI e que ainda em 1695 era reeditado simultaneamente em Coimbra e em Lisboa.

Convém esclarecer que a designação de "prosódia" utilizada para referir este dicionário é devida ao facto de nele se assinalarem as quantidades das sílabas.¹⁶ Esta era uma informação especialmente apreciada pelos cultores da língua latina no século XVII e XVIII e especialmente pelos estudantes dos Jesuítas que exercitavam frequentemente a sua veia poética e a sua aprendizagem fazendo versos em latim. Na técnica versificatória latina pressupõe-se um perfeito domínio da quantidade vocálica para a estruturação dos ritmos.

O conhecimento da quantidade vocálica é igualmente importante para a boa pronúncia do latim. Ora, o ensino dos Jesuítas valorizava muito a exercitação oral do texto latino, a recitação e a discussão (*disputatio*) e a realização teatral, além de estimular naturalmente a criação poética. Estas actividades eram muito facilitadas pela utilização da *Prosódia*.

A *Prosódia* de Bento Pereira, além de oferecer um copioso dicionário latino, tinha sabido especialmente adequar-se a este tipo de ensino que, praticamente sem concorrência, ocupava o espaço escolar português. A sua substituição radical não foi fácil. Provocou, por um lado, a importação de dicionários estrangeiros, especialmente uma versão moderna, simplificada, do antigo e multiplicadíssimo *Calepino* do italiano Ambrósio Calepino (1440-1510?); por outro lado, deu origem a novas gerações lexicográficas portuguesas em que sobretudo avulta o nome de Pedro José da Fonseca (famoso professor régio de retórica e principal colaborador do primeiro volume incontinuo do *Dicionário* da Academia).

O TESOURO DA LÍNGUA PORTUGUESA

O dicionário português-latino incluído no volume da *Prosódia* tem por título: *Thesouro da Língua Portuguesa*. Trata-se de um dicionário português-latim que foi publicado pela primeira vez, isolado, em 1647. A partir de 1661 passou a ser publicado juntamente com a *Prosódia* com diferente paginação, e a partir da edição de Évora de 1741 foi também paginado juntamente com a *Prosódia*.

¹⁵ Transcrito da edição de Évora de 1723 que se diz Nona. O estabelecimento das várias edições ainda não está completamente esclarecido. Cf. J. M. Almeida, *Op. cit.*, p. 7-8.

¹⁶ "Prosódia", entendida em sentido próprio significa a disciplina que estuda a distribuição do acento na palavra. Por um alargamento metonímico da sua significação passou a designar qualquer dicionário que fornecesse informação sobre o acento das palavras e por vezes, o nome "prosódia" foi mesmo tomado como uma designação de dicionários em geral. Para nomear os dicionários utilizam-se frequentemente expressões transladas que se lexicalizam e que se convertem em designações próprias — *calepino, florilégio, tesouro, porta de línguas, amaltea, polianteia, indículo, prontuário*, etc.

Na história da língua portuguesa o *Tesouro* de Bento Pereira é o terceiro dicionário português-latino, é a terceira alfabetização geral do léxico português.¹⁷ É uma obra aparentemente de pouco vulto e de somenos importância, sobretudo se a compararmos com os dez grossos volumes do *Vocabulario Portuguez e Latino* (1712-1728) de Rafael Bluteau. No entanto, o *Tesouro* de Bento Pereira é uma obra de primordial importância na história da língua e da cultura portuguesas. Convirá alongarmo-nos um pouco na explicitação dessa importância. Além dos aspectos estritamente linguísticos, poderemos adivinhar na textura deste dicionário, uma ideologia, um espírito ou concepção do mundo e da sociedade que estaria em dissonância com o programa político do Marquês de Pombal e com os ventos da história ou as "ideias do século" que nesse tempo, com emergente violência, começavam a varrer a Europa.

O *Thesouro da Lingua Portugueza* é, antes de mais nada, uma obra intrinsecamente didáctica e como tal foi absorvido e apreciado ao longo de uma boa centúria. Em função da sua utilidade didáctica, o autor mobilizou um conjunto de recursos ou estratégias linguísticas que revelam uma boa intuição para o estudo da língua, a par de uma certa fundamentação teórica, aliás demonstrada também nas obras de descrição gramatical.¹⁸ Anotamos, a título de exemplo, três aspectos linguísticos especialmente salientes na organização do *Tesouro*: grupos lexicais, sufixação e prefixação, frases feitas.

Na elaboração do *Tesouro* observa-se uma insistente exploração dos grupos lexicais com base etimológica. São as chamadas famílias de palavras que oferecem ao estudante uma percepção relativamente estruturada do léxico português e que ao mesmo tempo o orientam no sentido da etimologia latina, propiciando uma proveitosa interacção entre as duas línguas.

A prefixação e sufixação constituem um dos aspectos abundantemente cultivados na organização deste dicionário português-latino. É evidente a vantagem destes exercícios de transformação lexical para os jovens estudantes que assim se podem familiarizar com a maleabilidade e recursividade do sistema lexical e, em consequência, obter um uso dinâmico e criativo da língua.

Finalmente, o *Tesouro* apresenta uma larga exemplificação de frases feitas ou "modos de dizer" que, para além do que significam sob o ponto de vista da disponibilidade lexical, constituem, está hoje averiguado, a melhor maneira de interiorizar a sintaxe de uma língua, quer ao nível da sua estrutura profunda, quer ao nível da sua realização.

DAS FRASES PORTUGUESAS

A obra de Bento Pereira dedica mais duas partes, a seguir ao *Tesouro*, a exercícios latinos sobre frases portuguesas: *Das Frases portuguezas, a que correspondem as mais puras, e elegantes latinas: como tiradas de Marco Tullio, e outros autores de primeira classe* e ainda, *Dos Principais adagios portuguezes, com seu latim proverbial correspondente*. Estas duas partes, juntamente com uma *Tertia pars selectissimarum descriptionum, quas idem auctor vel olim à se compositas, vel a probatissimis scriptoribus emendicatas alphabetico ordine digessit*, compõem uma obra que foi primeiramente publicada à parte em 1655 com o título: *Florilegio dos modos de fallar e adagios da lingoa portuguesa* e a partir de 1661 passou a ser publicada e paginada juntamente com o *Tesouro*.

No *Tesouro* e mais ainda nestas três últimas partes da *Prosódia* se nota melhor o peso do tempo antigo, da instituição de Santo Inácio e de um horizonte cultural e político-social que chegava ao fim.

¹⁷ O primeiro dicionário português-latino é do lamecense Jerónimo Cardoso (1562); e o segundo foi publicado em Braga por Agostinho Barbosa (1611), jovem estudante, que havia de ser bispo de Ugento em Itália, onde faleceu (1649), depois de produzir uma obra extremamente volumosa como canonista. Estes dicionários são instrumentos imprescindíveis para o estudo do léxico português e para a leitura dos clássicos.

¹⁸ Bento Pereira elaborou uma gramática portuguesa e ainda outras obras de teoria gramatical (sobre prosódia e ortografia). A gramática portuguesa foi escrita em latim — *Ars grammaticae pro lingua lusitana addiscenda*, publicada em Lião em 1672.

O manual lexicográfico de Bento Pereira era um "Vade-mecum" de estudantes e professores, uma espécie de *Officina* de Ravisius Textor, que além de lhes dar a chave do texto latino, lhes fornecia um seleccionado provimento de boas frases e de lugares retóricos. Convém lembrar que a obra de Bento Pereira teve uma larguíssima difusão, isso se pode concluir pelo número considerável de edições e pelos abundantes exemplares que sobreviveram até aos nossos dias, sem esquecer que se trata de um manual escolar sujeito a um frequente manuseio e a uma maior deterioração. E sendo assim uma obra tão divulgada e tão indispensável no municionamento cultural das gerações política e culturalmente predominantes, durante a segunda e a primeira metade dos séculos XVII e XVIII, respectivamente, é oportuno observar o seu peso informativo e a capacidade de veicular, ainda que de modo não ostensivo, uma mensagem doutrinária e de insinuar uma ordem espiritual e política. Algumas conclusões se poderão tirar, por exemplo, da análise das *Frases portuguesas* para as quais o autor oferece uma tradução com as "mais puras e elegantes" frases latinas, um verdadeiro provimento erudito disponível para as funções públicas e para o êxito social. O florilégio insere-se numa tradição de transmissão cultural que consiste na recolha antológica de textos e de testemunhos existenciais, produzindo uma espécie de síntese arquiteitual. Estas colectâneas especiosas dão testemunho de uma filosofia eclética e determinam os cânones do pensamento artístico e até do comportamento social, do bom tom e dos bons ditos. Trata-se de um fenómeno nuclear na transmissão textual e cultural do mundo europeu, que tem sido insuficientemente considerado.

As *Frases portuguesas* estão ordenadas por meio de conceitos-chave. Quer dizer, uma frase, ou um grupo de frases, subordina-se a um termo que corresponde ao núcleo semântico ou que indica o interesse da frase ou frases. Por exemplo:

Baile, id est, *dança*.

Bailar, id est, *fazer danças, celebrar bailes*. Se exercere saltibus. Movere se ad numerum. Versare orbem saltatorum. Tripudium, choream agere, celebrare, peragere, ducere. Pede libero terram pulsare.

Bailar ao som do que se canta. Gesticulari carmina. Ludere in numerum.

Bailar ou dançar dadas as mãos. Restim ducere in chorea. Insertis manibus tripudiare.

Guiar aos que dançam. Restim ductare. Praesultare. Vide *Dançar*.

Baixesa

Declarar a baixesa de alguma cousa. Alicujus rei indignitatem exponere, verbis consequi.

Deixar a baixesa. E coeno emergere.

Lançar em rosto a alguém a baixesa de sua geração. Alicui objicere, exprobare generis ignobilitatem, humilitatem, obscuritatem, infimam conditionem, abjectam fortunam.

A sabedoria, e esforço levantou, ennobreceu, e illustrou a muitos de geração baixa, humilde e desconhecida. Sapientia, et virtus extulit, erexit, honestavit, illustravit plurimus infimae conditionis, nulla maiorum laude commendatos, obscuro loco natos, infimo, abjecto genere editos.

Espanto-me, que tenhais familiaridade com hum homem baixissimo, e vilissimo. Miror valde, quòd teterrimi, ac sordidissimi hominis consuetudine utaris; etc.¹⁹

São cerca de 600 termos, dispostos por ordem alfabética que subordinam milhares de frases, formulações morais, com a tradução correspondente nas "mais puras e elegantes" frases latinas, "tiradas de Marco Tulio e outros Autores de primeira classe".

Para além do seu interesse didáctico, estes milhares de frases e as 600 palavras que aproximadamente as subordinam (eram memorizadas no trânsito escolar como modelos de vernaculidade gramatical e lexical e eram ainda reinvestidas na exercitação retórica), constituem uma espécie de léxico fundamental da época, susceptível de ser lido sob múltiplas perspectivas. Nelas se repercutem vivências históricas desse período dramático e heróico da Restauração, e nelas se reflectem também as clivagens

¹⁹ Bento Pereira — Prosodia in vocabularium bilingue, latinum, et lusitanum, digesta, in qua dictionum significatio, et syllabarum quantitas expenditur... Nona editio auctior et locupletior ab Academia Eboresi. Eborae, MDCCXXIII. Desta mesma edição foram recolhidas as referências que a seguir se apresentam sobre as "Frases portuguesas".

²⁰ O título da famosa obra de Cervantes (1547-1616) é justamente *El ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha* (1605-1616).

sociológicas da época, o estatuto e os interesses dos frequentadores da escola, os valores morais e os objectivos da actividade didáctica dos Jesuítas. É possível nesta extensa lista de frases encontrar vectores semânticos que nos dão testemunho do pensamento e das preocupações desse tempo. Há um conjunto de palavras, por exemplo, que evocam, embora de maneira discreta, os valores da cavalaria medieval. Bastará lembrar as frases respeitantes à "cortesia ou boa criação", à fortaleza, à glória, à honra, à justiça, à lealdade, etc.

Fizemos uma leitura atenta deste florilégio e notámos, entre outros muitos aspectos, que não é indiferente ou casual, o número de frases exploradas para cada conceito. Apresentaremos um esclarecedor apontamento, com a brevidade possível e sem querer concluir demasiado.

Os valores do convívio e os interesses e motivações da vida social da época avultam especialmente pelo número elevado de frases que lhe dizem respeito. Para os conceitos "amigo, amizade e amor" transcrevem-se 10 frases; para a "autoridade" oferecem-se 12 formulações; bens de fortuna — 8; carreira — 6; casamento — 9; casa — 18; edificar — 5; edifício — 3; cidade, cidadão — 11; companhia — 16; conversação — 4; dinheiro — 11; fortuna — 16; governar e governo — 14; felicidade — 8; etc. Convém lembrar que a maior parte dos 600 conceitos registados são exemplificados com menor número, frequentemente com 3 frases.

Neste florilégio de frases "puras e elegantes" salienta-se um bom número de conceitos, cerca de uma centena, que foram especialmente cultivados por Bento Pereira, cada um deles é exemplificado com uma dezena ou mais, de frases. Para o termo guerra apresentam-se 30 formulações exemplares. A frequência deste conceito, claramente destacado em relação aos outros, é um significativo índice das preocupações da época, e tanto mais significativo quanto numerosos são ainda os termos explorados, e largamente exemplificados, no âmbito semântico da guerra, como se pode concluir pela série seguinte, que nos dá um verdadeiro vocabulário da guerra, com o número das frases bem soantes que Bento Pereira lhe dedica:

Guerra—30
Exército—17
Batalha—15
Inimigo—14
Morrer—14
Paz—14
Bombardear—13
Medo—13
Vencer—13
Fogo—12
Ódio—12
Arma—11
Matar—11
Pátria—11
Cercar, cerco—10
Escapar—10
Ferida—10
Liberdade, libertar—10
Perigar, perigo—10
Sangue—10
Tempestade—10
Fome—9
Ferir—5
Peste—3

Ao vocabulário da guerra pode ainda associar-se o conceito "cavalo" para o qual se citam 24 frases, e nesta preocupação básica da perturbação, da guerra e da paz, cabe ainda um largo conjunto de palavras, menos documentadas, sem dúvida, mas com frequência suficientemente notável:

vingança, vingar—6;
tristeza—11;
traição—4;
temer—3;
temeridade—9;
sofrer, sofrimento—8;
socorrer—9;
sacrificar—4;
roubar—6;
romper—10;
morte—6;
molestar, moléstia—8;
miséria—10;
gente de guerra—6;
fugir—7;
espancar—5;
enforçar—2;
embainhar—1;
destruir—4;
destruição—5;
desterro—4;
desterrar—2;
desbaratar—6;
desafiar—4;
defender—9;
cruel, crueldade—8;
contenda, contender—9;
conquistar—4;
castigar, castigo—9;
cárcere ou cadeia—8;
capitão—6;
campo de batalha—7;
bater—6;
arriscar—6;
armar—7;
armada—9;
arder—5;
ameaçar—2;
alojar o exército—1;
acometer—7;
etc.

Este horizonte verbal de guerra pode justificar-se um pouco pelo enquadramento social dos estudantes, aos quais se destinava especialmente este manual escolar. Aos jovens escolares esperava-os naturalmente a actividade eclesiástica, as funções da administração e da aplicação da justiça e a actividade das armas e defesa da terra — justificação prioritária do grupo que integrava a nobreza e que a partir de 1820 começou a ser chamado "classe ociosa". Neste tempo a escola era já um instrumento de reprodução social, ainda que, por parte dos Jesuítas, se houvesse perdido uma certa racionalidade, faltava o sentido prático na adequação dos métodos e programas às exigências da vida futura e das funções profissionais dos alunos. A escola dos discípulos de Santo Inácio já não reproduzia rigorosamente a sociedade do seu tempo, mas reflectia ainda uma ideologia ou um imaginário social que vinha do século XVII (século em que foi feita a obra de Bento Pereira) e que, em Portugal, tinha sido indelevelmente plasmado pelo fim da monarquia dual, pela perturbação das relações com Espanha e pelo restabelecimento da independência nacional. O vocabulário da guerra e da incomodidade existencial foi certamente influenciado pelo sobressalto das guerras com Castela, na emergência da Restauração. O autor assistiu a esse transe histórico e foi intensamente marcado por ele.

Para além da Restauração, este vocabulário cruel e violento que era privilegiado como um lugar retórico, repercute também, por um lado, as agruras de um povo sacrificado pelos esforços da colonização e da manutenção do império, no Brasil e em outras partes, e por outro, reflecte os rigores da Inquisição, que vigiava o país como uma alavanca e um chicote ao serviço do poder.

O vocabulário da vivência das armas e de uma certa euforia da violência, oferece ainda outros vectores de análise semântica e outras leituras possíveis, referiremos uma delas que nos parece especialmente intrigante, e que poderemos designar de dimensão quixotesca da sociedade modelada pela educação dos Jesuítas, em Portugal.

Em meados do século XVIII, a educação dos Jesuítas transportava ainda uma boa dose de quixotismo. O vocabulário retórico da vivência das armas e do sofrimento heróico é um eloquente testemunho. Convém lembrar a proporção importante que estas palavras ocupam no conjunto do florilégio. Se às palavras da heroicidade guerreira, juntarmos as palavras da virtude e da heroicidade cavaleiresca, da lealdade, da honra e da fama, da andança e do engenho, teremos a parte mais importante do conjunto de frases, correspondente a cerca de um quinto do total. Há naturalmente certas margens de conotação que nos escapam e que sem dúvida, preenchem o espaço de referência de um vocabulário organizado há cerca de trezentos anos, no entanto, a insistência em certos domínios da referência ideológica resulta bem evidente pelos termos escolhidos e valorizados com frases exemplares. Assim, além das evocações guerreiras já notadas, o florilégio de Bento Pereira sugere o ambiente cavaleiresco em numerosas outras palavras que poderemos distribuir por alguns dos tópicos mais sensíveis do código da cavalaria andante:

1—Honra

honra (14),
honrar (5),
desonra, desonrar (6),
juramento (4),
jurar (6),
injúria (11),
injuriar (4),
covarde,
covardia (3),
baixeza (6),
reputação (10)

2—Fama

fama, id est, nome (15),
fama, id est, rumor (6),
nome (10),
afamar-se (3),
infamar, infamia (8),
glória (4),
louvar (10),
louvor (10)

3—Andança

andar (14),
caminhar (7),
caminho (8),
correr (8),
embarcar, embarcar-se (3),
navegar (5),
mover (5),
mudar (10),
partir-se (4),

procurar (4),
sair (8),
seguir (7),
tornar (6)

4—Façanha
façanha (5),
feito, id est, façanha (8),
esforçar, esforço (8),
afrontar (3),
apaziguar (1),
arriscar (6),
cobrar (8),
cumprir (6),
conquistar (4),
defender (9),
desprezar (8),
dilatatar (4),
empreender, empresa (4),
engrandecer (5),
grandeza (7),
engenho (11) ²⁰
espantar (2), etc.

5—Nobreza
nobre, nobreza (6),
cortesia (5),
descortês, descortesia (3),
cavalaria (5),
bandeira (9)

6—Benemerência
bem (9),
benevolência (4),
benignidade (6),
boa vontade (3),
consolar (6),
dádiva (6),
prémio (8),
apromiar (4)

7—Virtudes
dignidade (7),
esperança, esperar (17),
formosura (7),
fortaleza (10),
gravidade (6),
justiça (8),
lealdade (7), etc.

²⁰ O título da famosa obra de Cervantes (1547-1616) é justamente *El ingenioso hidalgo Don Quijote de la Mancha* (1605-1616).

Por esta lista de palavras que poderia ainda ser alargada, perpassa o ideal e o irreal, o imaginário e o fantástico que entretecem a anti-epopeia do herói da Mancha. Há nestas palavras, que deveriam impregnar a formação moral e o ideário dos jovens portugueses nos meados do século XVIII, uma evidente desadequação aos tempos e à situação político-social do país. O texto didáctico de Bento Pereira tinha naturalmente envelhecido e mantinha no espaço educacional português uma mensagem ultrapassada. Parece notar-se uma curiosa homologia entre estes conteúdos escolares dos jesuítas e os últimos textos de teor profético do grande P. António Vieira, que foram tão felizmente conseguidos sob o ponto de vista literário, quando foram frustrados no respeitante aos seus augúrios proféticos.

Deve reconhecer-se que os Jesuítas se comprometeram vital e honestamente com um ideal missionário e imperial que não era realmente compatível com os interesses e com a prática política que o século XVIII impôs. O Marquês de Pombal, mais pragmático, menos cavaleiroso, não teria dificuldade em desarmar e arredar os adversários de "moinhos de vento" que faziam da educação uma "arte" e uma ficção, que repercutiam no espaço escolar todo um universo barroco para o qual já não havia mais tempo.²¹

A GRANDE REFORMAÇÃO POMBALINA

Estas divagações um tanto demoradas pelas páginas da *Prosódia* não servem para explicar as razões de política imediata que levaram o Marquês a mandar queimar esse e outros livros ligados ao ensino dos Jesuítas, mas servem para esclarecer um certo estado de rotura entre duas idades político-sociais.²² A *Prosódia*, sendo uma obra em que apenas se reúnem e se alfabetam palavras, aparentemente sem texto nem mensagem, dá notícia de um mundo antigo, de uma sociedade simultaneamente palaciana e conventual que se desmoronou. O terramoto de 1755 pode bem ser tomado como um símil do terramoto social que vai modificar as estruturas e os hábitos da sociedade portuguesa. A *Prosódia* é um testemunho e era também um instrumento que ajudava a formar e a reproduzir essa mesma sociedade, uma sociedade de "cavaleiros" e de "apóstolos" que julgavam viver ainda num mundo de império, numa aristocracia lograda na tranquilidade dos rendimentos, na ortodoxia das ideias e na segurança do Santo Tribunal da Fé. Mas as seguranças antigas ruíram mais do que as casas no terramoto, e a própria Companhia de Jesus, a mais poderosa instituição do Reino, foi anulada e liquidada em menos de um lustro. Uma administração pragmática e fortemente centralizada e uma absolutização dos interesses do estado passaram a marcar a actividade política e o comportamento social em Portugal. O Marquês de Pombal quis reformar o Reino Português e os mecanismos da educação constituíram um domínio nevrálgico para o bom prosseguimento dessa geral reformação.

Os dois documentos de Moncorvo, que acima transcrevemos, são testemunhos demasiado negativos e excessivamente violentos de uma reforma do ensino em que, valha a verdade, houve muitos aspectos francamente positivos. A reforma do Marquês atingiu todos os níveis do ensino, e a sua acção no respeitante à modernização da universidade tem sido largamente historiada. Aqui faremos uma breve reflexão apenas

²¹ A história da *Prosodia* não acaba completamente com a proibição do Marquês. Em 1759, quando foram expulsos os Jesuítas, preparava-se uma nova e muito refundida edição com um título, provavelmente diferente — *Diccionario Latino-portuguez*. O espólio terá sido entregue aos Franciscanos que, depois de acidentada história, o conseguiram publicar em 1780 com o título de *Magnum Lexicon Latinum et Lusitanum, ex diuturnis celeberrimorum, eruditissimorumque philologorum observationibus depromptum, ad plenissimam scriptorum latinorum interpretationem accommodatum*. A conclusão do trabalho terá sido efectuada pelo P. Mestre Manuel de Pina Cabral, embora o seu nome só apareça referido a partir da 2ª edição (Lisboa 1802). A partir da 4ª edição (1833), o *Magnum Lexicon* aparece feito e corrigido por Fr. José António Ramalho e difunde-se no mercado como um dos dicionários de maior procura. Vide Justino Mendes de Almeida, *Op. cit.* — XII. O *Magnum Lexicon*, de Frei Manuel de Pina Cabral, in *Revista de Guimarães*, vol. LXXIX, 374, Julho/Dez. 1969, p. 210-216.

²² Nos textos que defendem e incentivam a reforma pombalina, a *Prosodia* é referida como uma "fonte de veneno" — "Pode obrar-se acção mais acertada do que arrancar promptamente das mãos da mocidade, a *Prosodia* de Pereira, para que o seu veneno já não os contaminasse..." (discurso de José Caetano de Mesquita e Quadros, no acto de inauguração da aula de retórica, citado in Banha de Andrade, "A reforma pombalina dos estudos menores..." *Revista de História*, vol. LVI, 112, Ano XXVIII, 1977, São paulo, p. 495.

sobre a influência da sua actividade reformadora, em alguns aspectos dos primeiros graus do ensino, que poderemos designar de ensino elementar, embora correspondam também, em parte, ao actual ensino secundário.

Os textos da reforma pombalina, descontada uma ou outra parcialidade, são uma afirmação de espírito novo, de desejo de modernidade em que o mais que haverá a lamentar terá sido a falta de concretização ou de implementação, como agora se diz, dos dispositivos legais que foram elaborados para determinar e orientar a reforma. Referiremos somente alguns textos que consideramos especialmente significativos.

A primeira orientação e disposição oficial que vamos considerar, é um curioso texto, tipicamente pombalino, que tem por título: *Instrucções para os professores de grammatica latina, grega, hebraica, e de rhetorica, Ordenadas e mandadas publicar por El Rey nosso Senhor, para o uso das Escolas novamente fundadas nestes Reinos, e seus Dominios*. Publicado em Lisboa, na of. de Miguel Rodrigues (1759)²³

Dois outros textos, da reforma pombalina do ensino, nos merecem aqui especial atenção. São dois Alvarás Régios em que se obriga ao ensino da gramática da língua materna e em que se criam numerosas escolas públicas.

As *Instrucções para os professores de Grammatica latina* foram publicadas no seguimento, e com a mesma data, do Alvará Régio de 28 de Junho de 1759, em que se extinguem todas as escolas reguladas pelo método dos Jesuítas e em que Sua Majestade "ha por bem reparar os Estudos das Linguas Latina, Grega e Hebraica, e da Arte de Rhetorica, da ruina a que estavam reduzidas". Estes dois textos oficiais constituem um bom ponto de referência e de esclarecimento para os manuscritos de Moncorvo que acima transcrevemos. As *Instrucções* vêm assinadas pelo Conde de Oeiras e são de facto um texto caracterizadamente pombalino, embora não se possa concluir definitivamente a sua autoria. O poder tem um grande efeito mimético e os amanuenses configuram-se pelo modelo dos chefes. A primeira parte é expressamente dirigida aos professores de gramática latina. Consta de 23 parágrafos entretrecidos de doutrina didáctica, de indicações bibliográficas e de uma sistemática contestação do regime de ensino anterior.²⁴

²³ Este texto foi reproduzido em fac-símile, com uma introdução por Maria Leonor Buescu, na revista *EVPHROSYNE*, nova série, vol. IX, 1978-1979, com o título: "Um documento da Reforma Pombalina do Ensino", p. 227-248. Sobre a reforma pombalina dos estudos menores encontra-se uma síntese bem documentada nos trabalhos seguintes: António Alberto Banha de Andrade, *A reforma pombalina dos estudos menores em Portugal e no Brasil*, citado na nota anterior, e ainda: *A Reforma Pombalina dos estudos secundários no Brasil*, São Paulo: Saraiva; Ed. da Universidade de São Paulo, 1978; José Ferreira Carrato, *O Marquês de Pombal e a reforma dos estudos menores em Portugal*, sep. do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. XXXIV, 3ª. parte, Coimbra, 1980.

²⁴ As *Instrucções* mereciam uma análise linguística e textual aprofundada. É sabido que os textos legais pombalinos contêm marcas estilísticas bem vincadas, sejam ou não do próprio punho do valido de D. José I (a assinatura do Conde de Oeiras não garante a autoria). Os historiadores que se têm debruçado sobre esses textos, Camilo Castelo Branco incluído, são sensíveis a esses aspectos e fazem-lhes referências ainda que muito de passagem. Seria necessário estudar os textos expressamente sob o ponto de vista linguístico e estilístico, para melhor conhecer a personalidade do Marquês e as suas motivações estéticas e ideológicas. Por outro lado, supõe-se que neste período, o discurso do poder interferiu de maneira decisiva na história da própria língua portuguesa, ao nível da norma linguística, da ortografia e até da própria caligrafia como já notámos acima (nota 4). A pléiade de calígrafos deste século (vide Henrique Ferreira Lima, *Subsídios para um dicionário bio-bibliográfico de calígrafos*, Lisboa, Biblioteca Nacional, 1923) pode bem ser entendida como um epifenómeno da planificação política. Voltando ao texto das *Instrucções* e à sobrecarga estilística que as caracteriza, mesmo através de uma leitura despreocupada, sob esse ponto de vista, imediatamente se percebem alguns aspectos interessantes. O texto é marcado por uma certa solenidade, uma presunção de escrita feita para a história — em que se cuida da imagem como quem faz um monumento para que conste. Nesta linha, se deve entender o uso generoso de iniciais maiúsculas como hierarquizadores semânticos, sinais de engrandecimento e de solenidade. O estilo jussivo ou imperativo, que seria normal num texto desta natureza, um texto paralegal, encontra-se aqui sabiamente modalizado. A ordem aparece emanada de uma entidade muito impessoalizada e revestida da autoridade da experiência ("Em todo o tempo se tem reconhecido...") e do saber colectivo e da ciência ("Todos os Homens sábios uniformemente confessão que...", "Todos os Doutos recômandão...", "Assentão os Homens mais eruditos que...", "Não approvaõ os Homens instruidos nesta matéria o falar-se Latim nas Classes...", "Os maiores Homens de todas as faculdades reconhecem..."). Não menos interessante é a figuração retórica do texto, imagens e metáforas que têm por base evocações como "caminho", "beber", "raios da razão" e

Entre as considerações de ordem didáctica, salientaremos primeiramente uma perspectiva pragmática do ensino do latim — que deve ser um meio para acesso às "ciências maiores" e para a educação dentro dos bons costumes e das "saudáveis Maximas do Direito Divino, e do Direito natural, que estabelecem a união Christã, e a Sociedade Civil; e as indispensáveis obrigações do Homem Christão, e do vassallo, e Cidadão" (p. 8). Em suma, o ensino do latim, como das outras disciplinas, é, antes de mais nada, um acto moral que deve promover a civilidade, a cortesia e o "benefício commum da sua Pátria" a par da instrução e da ciência. Além de um sentido moral, na concepção do ensino, o Conde de Oeiras não esconde nas suas *Instrucções* uma intenção declaradamente utilitarista. Os adjectivos "Útil" e "proveitoso", bem como as formas "utilidade", "utilíssimo", "inutilmente", "proveito", "proveitosamente", "aproveitar", "necessário", "necessidade", "benefício comum", largamente semeadas pelo texto, são um bom indício da visão funcional do ensino e dos objectivos que preponderavam na política das grandes reformas empreendidas pelo Marquês.

Um segundo aspecto de ordem didáctica que caracteriza profundamente as *Instrucções*, e que está certamente relacionado com uma nova visão do sistema e dos métodos educativos, é o que podemos designar por "facilitação do ensino". O acto de aprender não é concebido como um sacrifício, uma quase condenação, pelo contrário, é uma actividade fácil, agradável e adequada progressivamente à idade e à evolução intelectual dos jovens alunos. Esta ideia de ensinar divertindo, vinha sendo propugnada por doutos autores, desde Comênio e Fénelon até ao nosso António Verney. Nos dias de hoje, tem constituído um ponto de referência obrigatório de todos os estudiosos dos problemas da educação e, sem dúvida, esta concepção inspira também, de forma basilar todo o projecto pombalino. Entre as mais importantes consequências deste pressuposto pode bem contar-se a renovação de toda a metodologia do ensino das línguas em geral e especialmente o ensino da língua materna. No texto das *Instrucções* o "fácil", o "agradável", o "gosto e proveito", o "claro", o "abreviado", o "proporcionado" constituem verdadeiro "leitmotiv". As formas "fácil" e "facilmente" ocorrem pelo menos 8 vezes, num texto relativamente pouco longo, e há ainda as formas "facilidade" e "facilitar". O adjectivo "breve" é utilizado pelo menos 6 vezes e utilizam-se ainda várias vezes "brevidade" e "abreviado". Confirmando ainda este desejo de simplificar e facilitar, expressamente se condenam certos aspectos "que so servem de mortificar aos Principiantes, e inspirar-lhes hum aborrecimento ao estudo; cousa, que, sobretudo se deve acautelar".

Este aspecto constitui um dos temas mais acentuadamente críticos em relação ao tipo de ensino anterior. Os Jesuítas valorizavam e praticavam, na escola, a exercitação do sacrifício. A escola era um espaço de ascese e de preparação para uma vida austera e operosa, era um lugar de provação, onde preferentemente se cultivava o difícil, a mortificação do corpo e o refrear das paixões da alma. O tempo de formação podia e deveria ser lento e longo, mais motivado pela dimensão da eternidade do que pela urgência do quotidiano. O ensino das línguas seguia uma metodologia ritualizada em que o latim era ponto de referência absoluto. A aprendizagem do português era, aparentemente, pelo menos, um acto accidental e por acréscimo — dizemos aparentemente, porque deste ensino nasceu o P. António Vieira e outros incontestáveis mestres da língua. O Marquês, em verdade, foi o instituidor, ou pelo menos o oficializador do ensino da língua materna. Por outro lado, a facilitação da aprendizagem pode ser entendida como um dos mais importantes impulsos, juntamente com outros actos administrativos que à frente se referem, para a democratização do acesso à palavra escrita e conseqüentemente para um alargamento da participação na vida pública que se irá concretizar no início do século XIX.

Ainda um terceiro aspecto de ordem didáctica ou talvez antes pedagógica, merece bem ser notado no diploma pombalino que reforma o ensino elementar em Portugal. Trata-se da contestação dos usos escolares e da prática pedagógica dos Jesuítas, das sabatinas, da "disputatio", do teatro em latim: "Não approvaõ os Homens instruidos nesta materia o falarse Latim nas Classes, pelo perigo, que ha, de cahir em infinitos barbarismos, sem que aliã se tire utilidade alguma do uso de falar". (p. 7). Esta perspectiva reflecte provavelmente um objectivo ou uma necessidade diferente, quanto à utilização do latim. Em qualquer caso, começa a reduzir-se definitivamente o consumo do latim falado, ao mesmo tempo que se valorizam as

sobretudo a imagem do "edifício" que é um símil particularmente bem adequado à história e ao espaço político pombalino.

línguas modernas e que se divulga e intensifica a sua aprendizagem como meio de intercomunicação internacional.²⁵ Por outro lado, o Conde de Oeiras não poderia deixar de ter presente no seu espírito a previsão das dificuldades que surgiriam com o recrutamento de professores, para o lançamento da sua reforma. Não seria fácil manter uma pedagogia activa, nem obter modelos de língua razoáveis com os professores apressadamente profissionalizados depois da extinção e proibição dos Jesuítas.

Uma característica interessante das *Instrucçoens para os professores* é a apresentação da bibliografia, em tipo diferente, como notas à margem do texto. Faz parte naturalmente, da ostentação de uma imagem de saber, de ciência, de erudição, mas é também um esclarecedor documento das referências culturais do Marquês de Pombal e eventualmente dos conselheiros que o assessoravam no domínio dos estudos da latinidade e das teorias da educação, como seria o caso do P. António Pereira de Figueiredo. A referida bibliografia dá conta de um considerável número de títulos que ainda hoje são reconhecidos como referências básicas dos estudos da época. Interessa-nos aqui sobretudo a notícia respeitante aos autores portugueses e às respectivas obras de historiografia linguística. Como seria de esperar, o nome de Manuel Álvares torna-se notado pela cuidadosa ausência, e com ele, o nome de todos os alvaristas, que aliás tinham sido formalmente proibidos no Alvará régio de 28 de Junho de 1759: "Hei por prohibida para o ensino das escolas a *Arte* de Manoel Alvares, como aquella, que contribuiu mais para fazer difficuloso o estudo da Latinidade nestes Reinos. E todo aquelle que usar na sua Escola da dita *Arte*, ou de qualquer outra, que não sejaõ as duas assima referidas, sem preceder especial, e immediata licença Minha, será logo prezo para ser castigado ao meu Real arbitrio, e não poderá mais abrir Classes nestes reinos, e seus Dominios./ 8 Desta mesma sorte prohibo que nas ditas Classes de latim se use dos Commentadores de Manoel Alvares, como Antonio Franco; João Nunes Freire; José Soares, e em especial de Madureira mais extenso, e mais inutil; e de todos, e cada hum dos Cartapacios, de que até agora se usou para o ensino da Grammatica".

As *Instrucçoens* não deixam também dúvida sobre a sua proibição. Expressamente se esclarece: "... deve ser em vulgar o Methodo para aprender os preceitos da Grammatica" (relembra-se que o manual de Álvares era todo escrito em latim) e, mais adiante, acrescenta-se ainda: "...somente devem uzar os Professores do Methodo abbreviado feito para uso das escolas da Congregação do Oratorio, ou da *Arte de Gramatica Latina* reformada por Antonio Felix Mendes..." (p. 2).²⁶

No que diz respeito aos dicionários, Bento Pereira é um nome precito: "Não consentirão que os Estudantes uzem da Prosodia de Bento Pereira, pelo perigo que ha de se lhes imprimir logo nos primeiros annos a multidão de palavras barbaras, de que está chêa". (p. 5).²⁷ Promete-se o aparecimento de um "Diccionario proporcionado... no qual, sem amontoar autoridades, breve, e summariamente se lhes declarem as significaçõens naturaes, e figuradas..." (p. 5). Este prometido dicionário seria o *Parvum Lexicon Latinum* do Pe. Pedro José da Fonseca que se concluiria e publicaria apenas três anos mais tarde, em 1762 por ordem régia. Cita-se ainda, um pouco adiante (p. 7), o pequeno dicionário de António Pereira de

²⁵ Luis António Verney dá testemunho desta perspectiva no *Verdadeiro Método* (1949, vol. 1, p. 272-273). Sobre a desvalorização do ensino do latim, é muito significativa uma declaração de Agostinho de Macedo em 1815: "Em Portugal poucos são já os que estudem a Lingua latina." (*Newton*, poema épico, 3ª. ed. — aliás 4ª. — Porto, 1854, p. 123).

²⁶ António Félix Mendes (1706-1790) publicou uma *Gramática Portuguesa da Língua latina* que foi tomada praticamente como texto oficial do ensino do latim a partir da proibição do ensino dos Jesuítas.

²⁷ Esta justificação crítica que é invocada para proibir a *Prosodia*, repercute fielmente um argumento suscitado por António Pereira de Figueiredo no *Apparato Critico para a Correção do Diccionario intitulado Prosodia in Vocabularium bilingue digesta...* por André Lúcio de Resende (pseudónimo pleno de evocação clássica, porque retoma o nome do luminoso humanista do século XVI, também gramático e espírito livre, erasmiano), Lisboa, Of. de Francisco Luis Ameno. 1755. António Pereira escarpeliza a falta de vernaculidade de Bento Pereira: "...este douto jesuita parece que so teve cuidado em que o seu dicionario saisse cada vez mais volumoso e acrescentado em palavras barbaras". Cit. in Justino Mendes de Almeida, *Op. cit.*, *Revista de Guimarães*, vol. LXXIX, 1/2, Jan/Junho, 1969, p. 29. A mesma crítica tinha já sido formulada por Luís António Verney em 1746 no *Verdadeiro Método*: "...a Prosódia tem muito erro. Não distingue a idade dos vocábulos (...) desterra da latinidade muitos nomes que são latinos, e introduz outros puramente bárbaros" *Op. cit.*, Lisboa, 1949, vol. I, p. 186. Verney avança também, já então' a ideia da utilidade de um pequeno dicionário (idem, p. 187).

Figueiredo, da Congregação do Oratório, *Colecção das palavras familiares Portuguezas, e Latinas, (Collectio Verborum Familiarum cum Lusitanorum, Scholarum usui)*.²⁸

Para a ortografia refere-se também um nome português — Luís António Verney. Recomenda-se que se ensinam aos alunos "as melhores regras da Ortografia: servindo-se os Discipulos da que compoz o nosso Luiz Antonio Vernei, breve e exacta". (p. 5). E é tudo, no respeitante a autores portugueses.²⁹

No seu conjunto, as numerosas referências bibliográficas apontam para uma informação quase exclusivamente estrangeira, e isto não só no que diz respeito à bibliografia do ensino do latim, mas também, e talvez mais ainda, no que diz respeito ao ensino do grego, do hebraico e da retórica. Predominantes são as citações de Quintiliano, entre os autores antigos, e entre os modernos, as referências a Charles Rollin e, em geral, à escola de Port-Royal.³⁰ Se neste texto o Conde de Oeiras parece mostrar uma dependência, uma quase servilidade cultural estrangeirada, não é menos verdade que a sua reforma do ensino vai provocar uma verdadeira agitação entre os estudiosos portugueses das letras humanas, e vai dar origem a uma boa produção de manuais escolares e de textos didácticos, gramáticas, dicionários, traduções e adaptações de textos clássicos, como as Instituições oratórias de Quintiliano e a Arte poética de Horácio.³¹

Concluindo estas observações sobre as referências bibliográficas, convém salientar, entre os nomes estrangeiros, o de Pierre Chompré que vem recomendado nas *Instrucçoens* e é citado nos dois manuscritos de Moncorvo. Pierre Chompré (1698-1760) foi um educador francês, autor de obras escolares que ficaram célebres, tais como: o *Dictionnaire de la Fable* (1727), o *Dictionnaire abrégé de la Bible* (1755) e sobretudo a selecta latina que foi republicada em Portugal e coercivamente adquirida pelos estudantes, como consta dos manuscritos acima publicados. As *Instrucçoens* recomendam esta selecta no parágrafo VIII: "Todos os Doutos recõmendão a escolha de livros accomodados para o uso dos Principiantes; e com este fim trabalhãõ muitos, e se tem composto varios com muita propriedade, e acerto. Entre estes são muito estimadas as Historias selectas de Heuzet, Professor do Colegio de Beauvais. Mas como se não pôde confiar

²⁸ O dicionário de Pedro José da Fonseca tem por título: Petri Josephi a Fonseca Olisiponensis Rhetorices atque Poetices Professoris Regii Parvum Lexicon Latinum Lusitana Interpretatione adiecta ad usum Lusitanorum Adolescentium in Lucem Editum Iussu Josephii Regis Fidelissimi. Olisipone, apud Michaellem Manescalium Costium, 1762. Pedro J. da Fonseca (1737-1816) foi um ilustríssimo lexicógrafo, colaborou no Dicionário da Academia (1793) e foi igualmente autor de um Dicionário português e latino impresso por ordem del Rei Fidelissimo Dom José I, Nosso Senhor, para uso das escolas de todos os seus reinos e senhoris. Lisboa, Régia oficina tipografica, 1771. Após a proibição da Prosódia o espaço lexicográfico português ficou um tanto vazio e houve necessidade de importar dicionários estrangeiros, sobretudo o famoso plurilingue de Ambrósio Calepino (1440-1510?) retocado por Jacopo Facciolati (a partir da edição, já mais que centésima, de 1718). De autores portugueses havia nessa altura as obras auxiliares de António Pereira de Figueiredo, o Parvum Lexicon purae et impurae Latinitatis, Lisboa, 1760 (de pouco ou nenhum préstimo como dicionário), e a Collectio Verborum Familiarum cum Lusitanorum, tum Latinorum, Scholarum usui, Lisboa, 1755 (2.a ed. 1757, 3.a ed. 1759, a última será de 1821). É um interessante dicionário português-latim organizado por domínios semânticos, vem citado nas *Instrucçoens*, no § XVI. Nesta altura estava já publicada também a obra do P. Carlos Folqman — Dicionario Portuguez e Latino, no qual as dicções e frases da lingua portugueza, e as suas variantes significações, genuinas e metaforicas, se achão clara e distinctamente vertidas na latina, e autorizadas com exemplos dos Authores classicos, Lisboa, 1755, no entanto, esta obra não vem referida nas *Instrucçoens*.

²⁹ A obra referida de Luís António Verney (1713-1792) tem o título *De Orthographia Latina liber singularis* e foi publicada em 1747. Charles Rollin (1661-1741) foi reitor da Universidade de Paris e professor do colégio de Beauvais. Pelas suas convicções jansenistas foi afastado do ensino e dedicou-se então à reflexão sobre os problemas da pedagogia e aos estudos de história. A obra referida nas *Instrucçoens* é o *Traité des études ou de la manière d'enseigner et d'étudier les Belles-Lettres, par rapport à l'esprit et au coeur* (1726).

³⁰ Uma boa indicação bibliográfica sobre os textos impressos e ainda sobre os manuscritos portugueses respeitantes à teoria retórica pode encontrar-se na obra de Aníbal Pinto de Castro, *Retórica e teorização literária em Portugal*, Coimbra, 1973, p.677-733.

³¹ Charles Rollin (1661-1741) foi reitor da Universidade de Paris e professor do Colégio de Beauvais. Pelas suas convicções jansenistas foi afastado do ensino e dedicou-se então à reflexão sobre os problemas da pedagogia e aos estudos de história. A obra referida nas *Instrucçoens* é o *Traité des études ou de la manière d'enseigner et d'étudier les Belles-Lettres, par rapport à l'esprit et au coeur* (1726).

em taes obras tanto, como nas dos Escriitores antigos, que escreveraõ na sua propria Língua; deve preferir a excellente Collecção feita em pariz no anno de 1725 por Chompre para uso da Mocidade Christãa...³²

Esta selecta foi imposta como verdadeiro livro único não só em Portugal, mas também no Brasil. Em 1845, publicou-se no Rio de Janeiro uma tradução do 1.º volume, em língua portuguesa.³³

O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

As *Instrucçoens* não são um texto formalmente legal, devem no entanto ser tomadas como um texto oficial ou paralegal, servem de esclarecimento para a aplicação do já referido Alvará Régio (28 de Junho de 1759), que define as linhas gerais e estabelece um enquadramento legal para a reestruturação das escolas menores, correspondentes "grosso modo" ao actual ensino primário e secundário.

Nesta mesma data deve ter sido publicada no Brasil a *Breve Instrucçam para ensinar a Doutrina Christãã, ler e escrever aos Meninos e, ao mesmo tempo, os principios da lingua Portugueza e sua Orthographia*.³⁴ Trata-se de um texto com particular importância, porque revela uma atitude tomada ao nível do Estado (a primeira atitude oficial?), em relação ao ensino da língua portuguesa. Entra assim nas preocupações da administração pública uma nova concepção no respeitante ao ensino da língua materna, ao lugar que ela deve ocupar no conjunto do sistema educativo e à sua importância para a valorização e elevação do nível social, das condições de convívio e até do progresso material. A preocupação com o ensino da língua materna estava muito em moda nesta época, em toda a Europa, e tinha sido largamente prenunciada pelos estudiosos da educação e pelos gramáticos das línguas vulgares. Em Portugal, esta concepção transparece já nos gramáticos e ortografistas do século XVI, especialmente em João de Barros que deu, com os seus textos gramaticais um notável contributo para o estudo e para o ensino da língua portuguesa. Nos séculos XVII e XVIII, outros gramáticos e ortografistas incentivaram o ensino da língua portuguesa e entre eles cabe aqui salientar o nome dos trasmontanos Amaro Roboredo e Madureira Feijó.

Entre os Oratorianos, nos meados do Século XVIII, praticava-se já o ensino da língua portuguesa, como base de todo o ensino subsequente. O oratoriano Luís António Verney retoma e insiste nesta ideia, no *Verdadeiro Método*: "No século passado, é que ressuscitou este método de ensinar a Gramática da própria língua. E, na verdade, o primeiro princípio de todos os estudos deve ser a Gramática da própria língua".³⁵

O Marquês de Pombal vai decretar o ensino oficial da gramática da língua portuguesa e este facto constitui, sem dúvida, um momento decisivo na história da língua e da cultura portuguesa. Por Alvará Régio de 30 de Setembro de 1770, seguindo o exemplo das "Nações iluminadas" e desejando "adiantar a cultura da lingua portuguesa" para que "possa haver Vassallos uteis ao Estado", o rei D. José é "servido ordenar que os Mestres da lingua Latina, quando receberem nas suas Classes os Discipulos para lha ensinarem, os instruem previamente por tempo de seis meses, se tantos forem necessarios para a instrucção dos Alunos, na Gramatica Portuguesa...".³⁶

³² A selecta de Chompré era volumosa, e devia ser cara e difícil de encontrar, para obviar aos problemas da sua importação, foi publicada em Portugal, em seis volumes — *Selecta Latini Sermonis Exemplaria*, tip. de António Rodrigues galhardo, Lisboa, 1761.

³³ Ver Banha de Andrade, *Op. cit.*, p. 471.

³⁴ Alberto Banha de Andrade traz notícia desta *Instrucçam* em "A Reforma Pombalina dos Estudos Menores em Portugal e no Brasil", *Revista de História*, São Paulo, vol. LVI, n.º 112, 1977, p. 465 e segs. e volta a referir-se à dita *Instrucçam* em *A Reforma Pombalina dos Estudos Secundários no Brasil*, São Paulo, 1978, apresentando mesmo uma transcrição integral num "Apêndice documental", p. 119-153, onde se esclarece que o texto terá sido publicado no Brasil, provavelmente no Recife, por iniciativa do próprio governador de Pernambuco que se terá servido de um modelo francês *Op. cit.* p. 12).

³⁵ Luis A. Verney, *Verdadeiro Método de Estudar*, ed. organizada pelo Prof. António Salgado Júnior, Lisboa, 1949, vol I, p. 32-33. Sobre o ensino dos Oratorianos, ver António Alberto de Andrade, *Breve história da pedagogia dos Oratorianos em Portugal — Colóquio*, *Revista de Artes e Letras*, Lisboa, n.º 31/Dez. 1964, pag. 64.

³⁶ Coleção de leis, decretos e alvaras, ordens régias e editais que se publicaram desde o ano de 1753 a 1815. Lisboa, 1758 a 1815.

Neste mesmo Alvará Régio, Sua Majestade ordenava que fosse utilizada a gramática "composta por Antonio José dos reis Lobato, e por Mim aprovada para o uso das ditas Classes, pelo método, clareza e boa ordem com que é feita".³⁷

Esta Gramática de Lobato foi o primeiro livro oficial para o ensino da língua portuguesa, nas classes correspondentes, aproximadamente, ao actual ensino secundário. Insere-se no conjunto de manuais didácticos especialmente destinados a contestar e a substituir os livros escolares dos Jesuítas. na "Introdução" o autor dá notícia das gramáticas portuguesas anteriores e critica acerbamente a *Ars Grammaticae pro Lingua Lusitana Addiscenda* de Bento Pereira.

O ensino obrigatório da língua portuguesa, ou melhor, o ensino escolar da gramática (a língua era já forçosamente ensinada, ou escolarizada, no momento da alfabetização, quando se aprendia a ler e a escrever, nas "cartilhas" ou "cartinhas", que ensinavam também as orações da devoção quotidiana e os rudimentos da doutrina cristã), o ensino da gramática portuguesa, o seu trânsito escolar, terá sido importante sobretudo sob o ponto de vista da fixação da norma.

A Escola generaliza a reflexão sobre a língua materna e converte-se numa instância padronizadora dessa mesma língua. Institui-se assim uma espécie de "poder gramatical" que pode funcionar como um instrumento centralizador do estado. O estudo da gramática da língua materna, na escola, nesta época, pode ser entendido como uma tentativa de controlo e de apropriação do poder simbólico da linguagem. Justamente no momento em que o latim começava a revelar-se pouco prático como emblema da aristocracia e do poder, uma certa artificialização do estudo da língua materna, pode constituir o segredo para manter a superioridade linguística e o poder que lhe é inerente. Estamos realmente perante uma exploração ou alargamento do privilégio da escrita, que se integra na estratégia geral da apropriação da palavra, como instrumento de domínio social.³⁸

A CRIAÇÃO DE ESCOLAS E A REGIONALIZAÇÃO CULTURAL

Não há dúvida de que uma política da língua constitui alavanca central entre os mecanismos do poder centralizador do Marquês. A língua portuguesa tirou daqui certamente apreciáveis vantagens, e a própria nação ganhou novos factores de identidade, de valorização cultural e talvez mesmo de progresso social. Nesta ordem de ideias se deverá entender uma Carta de Lei de D. José I que institui um alargado número de novas "Escolas menores" distribuindo-as generosamente por todo o país. Foi publicada com data de 6 de Novembro de 1772. Traz anexo um *Mappa dos Professores, e Mestres das Escolas Menores; e das Terras, em que se acham estabelecidas as suas Aulas, e escolas neste Reino de Portugal, e seus Dominios*, nele se encontram indicadas as várias terras e o número de "Mestres de ler, escrever, e contar" e ainda o número dos "Professores de Grammatica Latina", de "Lingua Grega", de "Rhetorica" e de "Filosofia".

Na "Provincia de Trás os Montes" foram criados 84 lugares de professores, com a seguinte distribuição:

³⁷ Esta gramática teve dezenas de edições e foi largamente usada ainda nos primeiros decénios do século XIX. O seu título é bem esclarecedor, transcrevemos a portada do exemplar que temos à mão, de 1817, e que se diz "decima sexta impressão": *Arte da Grammatica da Lingua Portugueza composta e offercida ao Illm.º e Excm.º. Senhor Sebastião José de Carvalho e Mello, Ministro e Secretario de estado de Sua Magestade Fidelissima da Repartição dos Negocios do reino, etc. pelo Bacharel Antonio José dos Reis Lobato* Lisboa MDCCCXVII, na Nova Impressão da Viuva Neves e Filhos. Sobre a história editorial desta obra, ver Bibliografia Filológica Portuguesa, fichas n.ºs 695-699.

³⁸ Esta perspectiva de análise é, evidentemente, muito parcial, é um ponto de vista mínimo, entre muitos outros, mesmo todos reunidos não chegarão, para explicar os fenómenos complexos do poder e da linguagem.

—26 na Comarca de Torre de Moncorvo, dos quais, 17 Mestres de ler, escrever, e contar, nas seguintes terras: Moncorvo (1), termo de Moncorvo (2), Ansiães (2), Monforte (2), Vilarinho (2), Mirandela (2), Freixo de Espada a Cinta (1), Torre de D. Chama (1), Chacim (1), Murça (1), Vila Flor (1), S. Paio (1); 6 professores de Grammatica latina em Moncorvo, Ansiães, Monforte, Vilarinho, Mirandela e Murça; e ainda em Moncorvo, um professor de língua grega, outro de retórica e outro de filosofia.

—19 na comarca de Vila Real, dos quais, 12 Mestres de ler, escrever, e contar: Vila Real (1), termo de Vila Real (3), Ranhados (1), Vimioso (1), Canelas (1), Sabrosa (1), Parada do Pinhão (1), Almeida (1), Lordelo (1) e Favaio (1); 4 professores de gramática latina em Vila Real, Almeida, Lordelo e Favaio; e ainda em Vila Real um professor de língua grega, outro de retórica e outro de filosofia.

—22 na Comarca de Bragança, dos quais, 12 mestres de ler escrever e contar: Bragança (1), termo de Bragança (3), Chaves (2), Montalegre (2), Ruivães (2) e Outeiro (2); 6 professores de gramática latina em Bragança (1), vizinhanças de Bragança (2), Chaves (2), Montalegre (1) e ainda em Bragança, um professor de língua grega, outro de retórica e outro de filosofia e mais um professor de retórica em Chaves.

—17 na Comarca de Miranda, sendo 10 mestres de ler escrever e contar: Miranda (1), termo de Miranda (1), Algosó (2), Vinhais (2), Mogadouro (2), Valpaço (1), VilarSeco (1); 4 professores de Gramática latina em Miranda (1), Mogadouro (1), Vinhais (1) e Algosó (1) e ainda em Miranda, um professor de língua grega, outro de retórica e outro de filosofia.³⁹

Num *Suplemento ao mappa dos professores, e mestres das escolas menores*, publicado com a data de 11 de Novembro de 1773 acrescentam-se ainda, na Comarca de Vila Real: Provezende — professor de gramática latina e mestre de ler; Sabroza — professor de gramática latina; Vilar de Massadar (?) — professor de gramática latina e mestre de ler; Celeiros — mestre de ler; na Comarca de Bragança: Vale de Prados — mestre de ler.⁴⁰

Tendo em conta este acréscimo, eleva-se a 89 o número de lugares de professores instituídos em Trás-os-Montes pela reforma pombalina do ensino.

A distribuição das Escolas Menores por todo o país constitui um dos factos mais importantes da administração pombalina. Ao que parece, essa distribuição não terá sido a mais adequada às condições geográficas e ao número de habitantes de cada região, muito embora no Alvará Régio se diga que foram para esse efeito nomeados "corografos peritos" para fazerem um plano de implantação das escolas, regulado de acordo com a distribuição das diferentes comarcas "e do número dos habitantes delas". Trás-os-Montes não foi das províncias menos consideradas, pelo contrário, tudo leva a crer que lhe foi atribuído um número de escolas proporcionalmente vantajoso, se o compararmos com o de outras regiões do país. Seria necessário saber em que medida essas escolas tiveram um efectivo e proveitoso funcionamento. Algumas delas não terão passado do papel que legalmente as criou.⁴¹

Poderá ser um juízo precipitado, querer avaliar o espaço escolar trasmontano na segunda metade do século XVIII, pelo número de escolas criadas pelo Marquês de Pombal. É mais rigoroso o testemunho inscrito nos documentos de Moncorvo acima apresentados. Ali se diz que não havia alunos para mais do que um mestre, embora houvesse de facto dois professores disponíveis. o padre Paulo de Gouveia e o professor Manuel Gonçalves Branco. Podemos ainda supor, com grande probabilidade, que o número de alunos, na

³⁹ Colecção de leis, decretos e alvarás, ordens régias e editais que se publicaram desde o ano de 1753 a 1815, Lisboa.

⁴⁰ Idem.

⁴¹ A proibição e expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal, teve, para a cidade de Bragança, desagradáveis e nefastas consequências, dificilmente recuperáveis pela sua reforma do ensino e pela criação das Escolas Menores. A cidade ficou privada da actividade docente desenvolvida pelos padres do Colégio do Santíssimo Nome de Jesus que, desde o século XVI, constituía o centro mais importante de escolarização e de emergência cultural, em toda a região. Ainda na primeira metade do séc. XVIII, antes da sua extinção, no colégio se ensinava "com grande diligência, gramática, humanidades e teologia moral", e em escolas públicas, os padres da Companhia ensinavam também a ler e escrever "com grande frequência e proveito dos diocesanos". (in Pe. José de Castro, *Bragança e Miranda*, Porto, 1946, vol. I, p. 172).

Vila de Moncorvo, em Outubro de 1765, andaria à roda de vinte e cinco, porque tantos foram os livros de "Virgílios, Horácios e Ovídios" apreendidos aos estudantes.

Importaria averiguar os índices de recepção e as consequências do plano escolar do Marquês, tanto em Trás-os-Montes como em todo o resto do país. É provável que se tenha produzido um sensível alargamento dos níveis de alfabetização bem como uma espécie de regionalização cultural. A simples criação e distribuição de escolas por todo o país constitui uma importante acção de planificação e de consciencialização regional. A reforma escolar pombalina não vai ser o único factor, nem talvez o mais importante, para o dinamismo cultural das regiões. Antes e depois da reforma pombalina, a presença do clero, quotidiana, persistentemente ligada ao livro e à escrita, como suporte básico da sua mensagem e da sua missão, constitui, sem dúvida, o factor mais relevante da cultura regional portuguesa. O próprio texto do Alvará Régio nos dá conta deste facto quando diz: "Sendo igualmente certo, que nem todos os Individuos destes reinos, e seus Dominios se hão de educar com o destino dos Estudos Maiores, porque delles se devem deduzir os que são necessariamente empregados nos serviços rusticos, e nas Artes Fabrís, que ministram o sustento aos Póvos, e constituem os braços, e mãos do Corpo Político; bastariam ás pessoas destes gremios as Instruções dos Parocos"⁴²

A reforma iluminista de Pombal tem uma intenção eminentemente pragmática, mas, ao mesmo tempo, assume um sentido laico do ensino e do estado. O Marquês pretende modernizar o país, criando quadros para a movimentação económica e para a administração do estado — um estado centralizado pressupõe, naturalmente, um forte e eficaz enquadramento. A reforma da instrução mantém, entre as funções do clero, como uma espécie de componente complementar da administração pública, uma certa actividade de educação e de moderação social, mas retira do seu alcance a possibilidade de enquadrar pelos mecanismos de ensino, as actividades económicas e sobretudo as estruturas administrativas e directivas do estado.

Como hipótese de reflexão, poderá avançar-se que, nesta reforma pombalina da instrução pública, se encontra a origem da fractura social entre o clerical e o civil, em Portugal, entre a Igreja e o Estado, entre a escola pública e o seminário. Desta mesma reforma do ensino, virá a nascer, em segunda geração, o liberalismo português que preencherá a história do século XIX.

Foi a reforma pombalina que gerou um público alfabetizado, leitor das traduções dos filósofos e enciclopedistas, no fim do século XVIII (mesmo quando se "vendiam às ocultas e debaixo do capote".⁴³ Esse mesmo público leitor iria produzir e consumir os abundantíssimos jornais publicados no início do séc. XIX, e, por sua vez, recriaria (bem ou mal), com renovada ligação à Europa, o espaço político e literário português. A geração vintista, que entre 1820 e 1823 compõe o primeiro agrupamento parlamentar da história portuguesa e que publica a primeira Constituição Política da Nação, é, pode dizer-se, um produto da instrução pública pombalina, em segunda geração. Bastará lembrar que Manuel Fernandes Tomás, nome emblemático do vintismo, nasceu justamente em 1771 e Manuel Borges Carneiro, para apresentar apenas mais outro exemplo, nasceu em 1774. E mais ainda do que os políticos vintistas, o público vintista foi um verdadeiro produto da reforma da educação do Marquês, sobretudo o público urbano que consumiria milhares de periódicos, supondo forçosamente uma apreciável proporção de alfabetizados.

Na província a reforma da instrução foi implementada em condições de muito menor eficácia, deve ter dado origem a reduzidos núcleos alfabetizados, nos pequenos centros urbanos, suficientemente importantes, no entanto, para alterarem substancialmente o espaço de comunicação e de preocupações culturais em todo o país.

No que respeita a Trás-os-Montes, a reforma pombalina marca provavelmente o último momento de importância relativa desta região no equilíbrio geo-estratégico do rectângulo português. A reforma pombalina não foi suficiente para criar em Trás-os-Montes um ou mais centros económica e culturalmente poderosos, para valorizar a região e mantê-la como um ponto de referência importante, no espaço geográfico do país. Mesmo o desenvolvimento da cultura da vinha, que então trouxe uma certa animação à estrutura agrária do Alto-Douro, pouco contribuiu para personalizar o peso relativo desta região no conjunto de

⁴² Alvará de 6 de Novembro de 1772, *ibidem*.

⁴³ Frei Fortunato de S. Boaventura, *Punhal dos Corcundas*, 1823-1824, vol. XVI, p. 185.

Portugal. Foram os ingleses que sobretudo exploraram o suor dos homens, e tiraram o proveito da terra, e foi a cidade do Porto que se atribuiu a vantagem de ser a capital desse produto delicioso feito do sangue, suor e lágrimas dos que viviam para cá do Marão.

A generosa distribuição de escolas por Trás-os-Montes, na época do Marquês, não deverá ter sido acompanhada por um consequente provimento de professores. Seria interessante averiguar o movimento efectivo de professores na região.⁴⁴ A decadência que nesta altura se notava já em Moncorvo que, tendo sido o centro mais importante de Trás-os-Montes, já não tinha alunos para duas escolas de latim, deve corresponder a um igual marasmo nos restantes centros administrativos.

Acabaram as guerras com Espanha, fixou-se uma fronteira mais ou menos definitiva e incontestada, e a Administração portuguesa não sentiu mais necessidade de dar atenção às regiões remotas. Um movimento centrípeto de irresistível atracção por Lisboa e pelo Porto, e que ainda hoje se mantém, vício velho, produziu um crescente abandono e marginalização das zonas interiores, agravados pelas ulteriores planificações dos transportes, sempre mais voltados para o escoamento do que para a intercomunicação. Nasceu assim uma desertificação económica e cultural, uma exploração prepotente por parte da administração central, um desprezo e uma desvalorização política e social que continua a empobrecer Trás-os-Montes, ao contrário do que seria de esperar, quando se conhece a história do tempo do Marquês de Pombal, em que estas terras constituíam uma zona remota mas respeitada, a ponto de se julgar que em Moncorvo haveria "livreiros e contratadores de livros". O mesmo se conclui pelo número de escolas e de lugares de mestres ou professores régios que foram instituídos e distribuídos pela província trasmontana. Dos "professores régios" guardou-se a memória na língua do povo e ainda nos anos cinquenta deste século, se chamavam "professoras régias" as "regentes escolares" instituídas por um reformador não menos autoritário, mas menos pombalino.

Enfim, o benefício real do projecto de escolarização do Marquês de Pombal deve ter sido muito reduzido em Trás-os-Montes, não impediu que, neste final do século XX, esta terra seja conhecida como uma das mais desfavorecidas em toda a Europa livre, com índices de atraso e de abandono verdadeiramente dolorosos. Fica-nos um fundo quase misterioso de humanidade, de riqueza cultural, que se guarda nesta distância, que está provavelmente ligada às raízes remotas da gente e à sedução telúrica deste espaço natural, e que parece conciliar a pobreza e a liberdade. Tarde ou cedo, no entanto, os austeros padrões de vida terão de rejuvenescer-se em Trás-os-Montes.

REPRODUÇÕES:

1. Carta do Juiz de Fora de Moncorvo
2. Rosto de um exemplar da Gramática Latina de Manuel Álvares, da edição de 1755 que precedeu a proibição do Marquês.
3. Rosto da 1ª edição da Gramática Latina de Manuel Álvares
4. A *Prosodia* de Bento Pereira, proibida pelo Marquês, foi um dicionário escolar imprescindível durante mais de um século (reprodução do rosto de uma edição da *Prosodia*).
5. Rosto da *Instrucçoens*, textoessencial da nova pedagogia da reforma pombalina das Escolas Menores.
6. Termo de responsabilidade do Mestre de Latim

⁴⁴ Fica em aberto esta questão, à qual se poderá, no entanto responder, pelo menos em parte, lendo os numerosos manuscritos da Junta da Directoria Geral dos estudos, relativos ao distrito de Bragança, que se encontram na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e que foram já pacientemente coligidos e indexados pelo Dr. Hirondino da Paixão Fernandes, na sua inestimável bibliografia do distrito, que vem sendo publicada na *Brigantia* (vol. I, n.º 3, p. 44 e segs). É trabalho de vulto, a leitura e publicação desses textos manuscritos, que importaria fazer, pelas preciosas informações que contêm respeitantes à história da educação no distrito, às pessoas que aqui viveram e nos precederam, e de uma maneira geral à história cultural e económica desta região e às suas relações com o poder central.